

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO JUDICIAL - 2018**  
**MANAUS PREVIDÊNCIA**

Atualmente, a Manaus Previdência possui **203** processos cadastrados em seu nome na Justiça Comum Estadual, **2** na Justiça do Trabalho e **9** no Juizado Especial Federal, totalizando, portanto, **214** ações judiciais em que a autarquia municipal é parte.

<b>DISTRIBUIÇÃO PROCESSOS</b>	
<b>VARA DA FAZENDA PÚBLICA</b>	<b>171</b>
1ª Vara da Fazenda Pública	3
2ª Vara da Fazenda Pública	4
3ª Vara da Fazenda Pública	2
4ª Vara da Fazenda Pública	88
5ª Vara da Fazenda Pública	74
<b>JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL</b>	<b>8</b>
<b>VARA CÍVEL</b>	<b>6</b>
<b>JUIZADO ESPECIAL CÍVEL</b>	<b>3</b>
<b>VARA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL</b>	<b>13</b>
<b>VARA DE FAMÍLIA</b>	<b>2</b>
<b>JUSTIÇA DO TRABALHO</b>	<b>2</b>
<b>JUSTIÇA FEDERAL</b>	<b>9</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>214</b>

Até o mês de Dezembro de 2018, a Manaus Previdência foi demandada em **23** processos, conforme quadro abaixo:



### Planilha Processos Judiciais - 2018

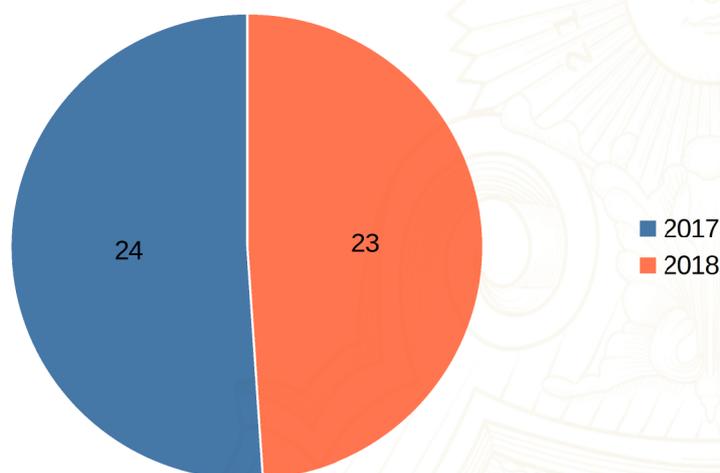
OBJETO DA AÇÃO	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-	4
CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
REVISÃO DE APOSENTADORIA	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	2	-	6
RESTABELECIMENTO/MANUTENÇÃO APOSENTADORIA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
REVISÃO DE PENSÃO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
RESTABELECIMENTO/MANUTENÇÃO PENSÃO	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	1	4
IMPEDIR DESCONTO - TETO (ART.37, XI, CF)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
VERBAS TRABALHISTAS	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
VAGA - ED. GARAGEM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO/CONVERSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO GRAT. ESPECIALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
COBRANÇA DE PGTO RETROATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
SUSPENSÃO PGTO BENEFÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
RESTITUIÇÃO DE VALORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EMIÇÃO DE CTC/DECLARAÇÃO/RDA	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
CONCURSO MANAUSPREV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
DESCONTO URV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO/PRORROGAÇÃO LICENÇA MATERNIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
INSCRIÇÃO DE DEPENDENTE	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
JUSTIFICAÇÃO UNIÃO ESTÁVEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
INFORMAÇÃO/RETIFICAÇÃO DADOS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
EXECUÇÃO DE SENTENÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>23</b>

Em comparação ao número de processos judiciais distribuídos no ano de 2017, no mesmo período, observa-se a diminuição de demandas propostas contra a autarquia, senão vejamos:

### Planilha Processos Judiciais - 2017

OBJETO DA AÇÃO	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE	-	1	-	-	-	-	1	-	2	1	-	-	5
REVISÃO DE APOSENTADORIA	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	4
RESTABELECIMENTO/MANUTENÇÃO APOSENTADORIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
REVISÃO DE PENSÃO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
RESTABELECIMENTO/MANUTENÇÃO PENSÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
IMPEDIR DESCONTO - TETO (ART.37, XI, CF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
VERBAS TRABALHISTAS	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
VAGA - ED. GARAGEM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO/CONVERSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO GRAT. ESPECIALIZAÇÃO	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
COBRANÇA DE PGTO RETROATIVO	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3
SUSPENSÃO PGTO BENEFÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
RESTITUIÇÃO DE VALORES	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
EMIÇÃO DE CTC/DECLARAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCURSO MANAUSPREV	-	1	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	4
DESCONTO URV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
CONCESSÃO LICENÇA MATERNIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
INSCRIÇÃO DE DEPENDENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
JUSTIFICAÇÃO UNIÃO ESTÁVEL	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
INFORMAÇÃO/RETIFICAÇÃO DADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EXECUÇÃO DE SENTENÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

Vejamos o gráfico comparativo:



Como destaque, pode-se citar o maior volume de ações relacionadas à prorrogação/restabelecimento/revisão do benefício de pensão por morte, em relação à idade do beneficiário (até 21 anos de idade). Em 2018, foram distribuídas **4** ações deste tipo contra a Manaus Previdência. Em todas as ações, discute-se a impossibilidade de limitar o pagamento do benefício somente até os 18 anos de idade do beneficiário, considerando que por força do Art.5º da Lei nº 9.717/98, estipula-se que não poderão ser concedidos benefícios distintos dos previstos pelo Regime Geral de Previdência Social, que por sua vez, prevê que a idade mínima é de 21 anos para o filho ser considerado dependente.

Em razão disto e, visando adotar providências para diminuir o passivo judicial e a sucumbência da autarquia, deliberou-se pela adequação da legislação previdenciária municipal, para fins de estabelecer a idade de 21 anos para que o(a) filho(a) seja considerado dependente.

Em relação aos pagamentos efetuados pela Manaus Previdência decorrentes de condenações em processos judiciais, em 2018 a autarquia recebeu **4** ordens para pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) e **0** ordens para pagamento por meio de precatório, conforme quadro abaixo.

Insta destacar que o procedimento para pagamento das ordens de RPV e Precatório obedece o disposto no Art.100 da CF/88, além do Art.87 do ADCT, Lei Municipal nº 716, de 04





de novembro de 2003 (que define o que é obrigação de pequeno valor para a Fazenda Pública Municipal) e Resolução nº 003/2014 – TJ/AM.

Abaixo, consta quadro indicando as ordens de pagamento recebidas por esta autarquia, de modo que, dependendo da data do recebimento e da modalidade da ordem, a autarquia segue procedimento diferenciado. Para RPV dispõe de 60 dias para pagamento. Por outro lado, para efetivar o pagamento de Precatório, a autarquia pode fazê-lo até o final do exercício seguinte quando a ordem for apresentada até 1º de julho (Art.100, §5º, CF/88).

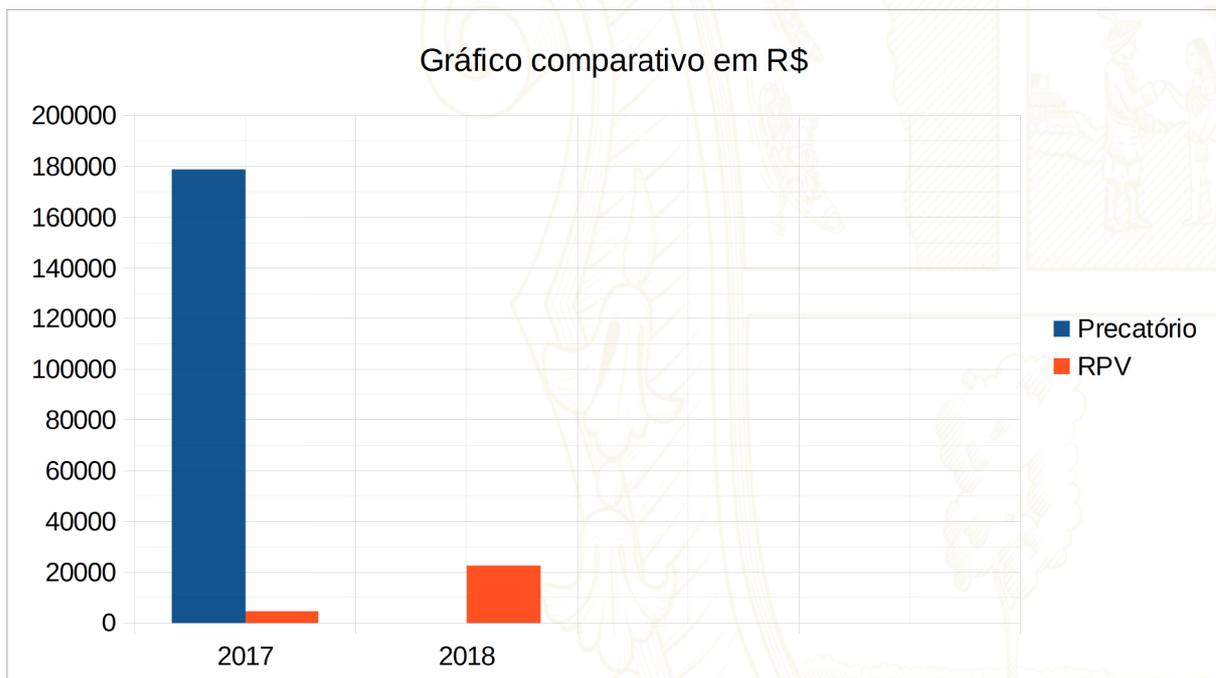
ORDENS DE PAGAMENTO RECEBIDOS PELA MANAUS PREVIDÊNCIA DECORRENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS - 2018		
MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
RPV	4	R\$22.557,80
PRECATÓRIO	0	0
<b>VALOR TOTAL:</b>		<b>R\$22.557,80</b>

Em comparação ao ano de 2017, pode-se observar que os valores oriundos de pagamentos decorrentes de condenação judicial em 2018 foram bem menores, considerando o quadro de 2017 abaixo:

ORDENS DE PAGAMENTO RECEBIDOS PELA MANAUS PREVIDÊNCIA DECORRENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS - 2017		
MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
RPV	1	R\$4.659,12
PRECATÓRIO	2	R\$178.749,23
<b>VALOR TOTAL:</b>		<b>R\$183.408,35</b>

Vejamos os gráficos comparativos:





Em relação aos processos em que a Manaus Previdência é demandada, até o final do ano de 2018, a autarquia provisionou (registro contábil) um passivo judicial de





R\$7.478.389,07 (sete milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e sete centavos).

Em relação aos prazos judiciais, é importante esclarecer que como Fazenda Pública, após a vigência do Novo Código de Processo Civil, esta autarquia previdenciária passou a ter a prerrogativa de prazo em dobro para todas as suas manifestações judiciais.

Destaque-se, ainda, que o controle de prazos judiciais em que a Manaus Previdência é parte, é feito exclusivamente por meio da Procuradoria Jurídica, que por sua vez, conta com o auxílio de empresas contratadas (Weber), por meio do qual recebe diariamente e-mails constando a movimentação de processos bem como publicações nos diários oficiais.

Além disso, a alimentação da planilha de controle de prazos judiciais é feita conforme a disponibilização das decisões judiciais através do sistema Advise Liber (OAB) bem como através da citação/intimação eletrônica realizada por meio do próprio site do TJ/AM, conforme obrigatoriedade estabelecida pelo Art.246, §§1º e 2º do CPC/15.

Em relação às decisões judiciais, em 2018, foram contabilizadas **73** decisões judiciais, entre sentenças e acórdãos, em diversos tribunais como TJAM, TRT 11ª Região, TRF, STJ e STF, senão vejamos:

Resultado em Relação à Manaus Previdência	2017		2018	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Extinção sem resolução de mérito	1	1%	-	-
Improcedente Manausprev	2	2%	1	1%
Improcedentes	51	48%	30	41%
Parcialmente Procedentes	11	10%	10	14%
Procedente Manausprev	4	4%	2	3%
Procedentes	37	35%	30	41%
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>-</b>	<b>73</b>	<b>-</b>



Dentre as 73 decisões, destacam-se tanto os processos em que a Manaus Previdência demandou (participando do polo ativo da ação) quanto os processos em que foi demandada (participando do polo passivo da ação).

Desse quantitativo, 30 decisões (que representa 41% do total) referem-se a ações que foram julgadas totalmente procedentes, ou seja, totalmente desfavoráveis à Manaus Previdência. 10 decisões (que representa 14% do total) foram julgadas parcialmente procedentes, isto é, parcialmente desfavoráveis a esta autarquia previdenciária. 30 decisões (que representa 41% do total) foram julgadas totalmente improcedentes, isto é, totalmente favoráveis à Manaus Previdência. Das 3 ações judiciais interpostas pela Manaus Previdência, 2 foram julgadas procedentes e 1 improcedente.

Manaus, 05 de fevereiro de 2019.

*Assinado Digitalmente*

**RAFAEL DA CRUZ LAURIA**

Procurador Chefe – Manaus Previdência

*Assinado Digitalmente*

**DANIELA CRISTINA DA EIRA CORREA BENAYON**

Diretora Presidente – Manaus Previdência

